

Nota Prévía

Manuel I. Miguéns*

Ao assinalar os seus 20 Anos, o Conselho Nacional de Educação procurou reflectir e debater algumas questões educativas centrais para a melhoria da educação em Portugal, como sejam a relação das escolas com as famílias e as comunidades em que se integram, a autonomia das instituições educativas ou o lugar e o papel de um órgão com as características do CNE na definição das políticas públicas de educação.

A primeira das três iniciativas organizadas com o intuito de comemorar o vigésimo aniversário do Conselho focou a atenção precisamente nas relações escola/família/comunidade e procurou abordar o tema do ponto de vista teórico, com intervenções de investigadores nacionais e estrangeiros com obra publicada sobre estes assuntos, mas também na perspectiva das escolas, dos professores e dos pais com experiências diversas neste campo.

As relações escola/família/comunidade sempre estiveram no centro das preocupações do Conselho, seja por meio de seminários e colóquios que organizou – Educação e Família (CNE, 2005), Educação e Municípios (CNE, 2007), Autonomia das Instituições Educativas e Novos Compromissos pela Educação (CNE, 2008) –, seja, por exemplo, nas múltiplas acções realizadas no âmbito do Debate Nacional sobre Educação (CNE, 2007).

O Relatório Final do Debate Nacional sobre Educação aponta, precisamente nas suas conclusões, para a necessidade de um elevado investimento social em educação, de um maior investimento das famílias na educação dos filhos, de um maior envolvimento das autarquias nas questões educativas e de um maior envolvimento das comunidades na vida das escolas que as servem. As instituições escolares não poderão combater o abandono e o insucesso e melhorar as aprendizagens, isoladas no seu esforço de ensino, sem que existam incentivos sociais para o estudo e para a aprendizagem.

* Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

A melhoria da educação em Portugal exige, pois, um significativo esforço de preparação dos professores para poderem enfrentar com sucesso a grande diversidade existente nas escolas e na sala de aula e colaborar com os pais, as autarquias, as associações, as empresas e a comunidade em geral, mas também dos pais, dos autarcas, dos empresários e de muitos outros envolvidos nas causas da educação, para que saibam cooperar com as escolas e com os professores no exercício das suas missões.

A cooperação família-escola está, há muito, assinalada como trave-mestra para o sucesso escolar. As famílias têm um papel fundamental no apoio aos processos de escolarização dos filhos e as comunidades locais têm uma função chave a desempenhar em parceria com a escola, inclusivamente no apoio a famílias em tensão cultural com a instituição escolar.

O Conselho Nacional de Educação traz, assim, para o debate uma questão que ganha importância e actualidade perante muitas das mudanças que a escola tem experimentado nas últimas décadas: a crescente sobrecarga da escola e dos professores com mais e mais atribuições de cariz social, a enorme diversidade que habita a escola deste tempo, o crescente relevo ocupado pelo saber e pela aprendizagem nas sociedades modernas, a tendência para a descentralização e municipalização da educação e para o envolvimento das comunidades no governo das escolas são exemplos que mostram como as parcerias escola/família/comunidade podem ser decisivas para a melhoria da educação e para o combate ao insucesso e abandono escolares.

A presente publicação reúne textos de origens e características muito diversas, mas que ilustram bem a importância de uma boa articulação entre a escola, as famílias e as comunidades locais para o progresso da educação, quer se trate de melhorar os níveis de equidade e qualidade das aprendizagens quer se pretenda contribuir para a diminuição do absentismo e do abandono escolar precoce.

É também este o sentido da intervenção da Ministra da Educação na sessão de abertura em que, partindo da responsabilidade do Estado na educação e não abdicando dela, ressalta a imprescindibilidade do envolvimento e responsabilização de outros parceiros, como as autarquias locais, salientando, a este propósito, a importância de uma clara definição de papéis e responsabilidades dos diferentes actores envolvidos. Nesta mesma sessão, evocando a celebração dos vinte anos do CNE em que esta iniciativa se enquadra, o Professor Mário Pinto (primeiro Presidente do CNE) e o actual Presidente do Conselho – Professor Júlio Pedrosa – centram-se na função que ao Conselho cabe desempenhar no processo de formulação de políticas educativas e realçam particularmente o seu papel de promotor de participação da sociedade civil na discussão e resolução de problemas educacionais.

Especialista em matéria de relação da escola com as famílias e com notável obra publicada neste domínio, o Professor Don Davies vem mostrar com algum detalhe a evolução histórica das parcerias entre escolas, pais e comunidades nos EUA, lembrando que uma das dificuldades que todos enfrentamos nestas relações é a de ser necessário cruzar fronteiras, ultrapassar barreiras culturais, de linguagem ou de tradição, para que aquelas parcerias possam funcionar.

A Professora Maria Adelina Villas-Boas também identifica a necessidade de continuidade cultural entre a escola, a família e a comunidade, para que o desempenho escolar não seja afectado, e apresenta resultados de diversos estudos que mostram ser possível, através de práticas de comunicação com as escolas, voluntariado e apoio à aprendizagem em casa, melhorar a inserção social e o desempenho académico em várias áreas. Salienta ainda a diferença marcante entre os professores que estão de costas voltadas para as comunidades e os que, pelo contrário, conhecem os recursos da comunidade, utilizam-nos para enriquecer o currículo e as experiências dos seus alunos, e ajudam as famílias a conhecê-los e a tirar deles o melhor partido.

O painel de comentadores que se lhe segue inclui as intervenções da Dr.^a Graça Franco e dos Professores Eduardo Martins e Armandina Soares, que trazem para reflexão e debate algumas das suas experiências e boas-práticas, a primeira enquanto mãe e encarregada de educação, o segundo como professor e director de turma e a terceira como directora de uma organização escolar.

O Professor Rui Canário equaciona o problema da relação entre a escola e a família, tendo como ponto de referência a sua intervenção no Projecto ECO – Arronches e a sua reflexão teórica sobre a escola. Recuperando modelos de intervenção educativa que integram a educação escolar numa perspectiva mais larga de educação permanente, propõe que se contrarie o “fechamento” da escola, mudando a sua relação com a comunidade, mudando a escola e a comunidade.

Embora reconhecendo a incerteza resultante de relações tão complexas e multifacetadas que envolvem múltiplos actores sociais com diferentes interesses, o Professor Pedro Silva reflecte sobre como pode a escola contribuir para a participação das famílias, sabendo-se que, quanto mais próxima é a colaboração entre escolas e famílias, maior é o sucesso educativo dos alunos. Saliencia ainda a importância de as escolas terem uma política de abertura face às famílias, serem capazes de tomar a iniciativa e de as associações de pais não serem encaradas como elementos estranhos às escolas. O Professor Pedro Silva traz igualmente para esta discussão a necessidade de as escolas disporem da colaboração de outros profissionais, para além dos que tradicionalmente desenvolvem a sua actividade no contexto escolar.

No painel sobre boas-práticas, a Professora Teresa Sarmento releva a importância das crianças e dos jovens nas relações escola/família/comunidade e discute o papel das crianças nessas relações, lembrando que se educa numa perspectiva vertical. Isto é: quem ensina as crianças são os pais e os professores, esquecendo-se muitas vezes que as próprias crianças têm um papel decisivo na aprendizagem. A Professora Laurentina Santos traz para a reflexão a sua experiência na “escola de

pais” que a ESE do Porto tem desenvolvido desde 1990. O Professor Abílio Amiguinho reporta uma intervenção social realizada em meios rurais do Nordeste Alentejano, com vista ao desenvolvimento das comunidades, enquanto que o Dr. Albino Almeida apresenta a perspectiva das associações de pais sobre a matéria em apreço.

Publicam-se igualmente as breves notas conclusivas apresentadas pela Conselheira Maria Emília Brederode Santos que reflecte sobre as principais intervenções do seminário e levanta novas questões para futuros debates.